

PLANO DE ENSINO

ATIVIDADE	SOCIEDADES ANÔNIMAS DE FUTEBOL (SAFS): CONSTITUIÇÃO E FINANCIAMENTO								
DOCENTE	ALLAN NASCIMENTO TURANO								
CÓDIGO	GRDDIRATCE71253/ GRDDIRATCE71259	SEMESTRE	2025.1	PERÍODO	A partir 3º	NATUREZA	ATCE	CARGA HORÁRIA	30h

EMENTA	Histórico de transição do modelo associativo ao clube-empresa. A edição da Lei nº 14.193/2021 e a criação das Sociedades Anônimas do Futebol. Formas de constituição e redação de atos societários. Formas de financiamento e redação de instrumentos contratuais.								
OBJETIVOS	<p>I - Compreensão da organização jurídica dos clubes de futebol: Analisar a transição do modelo associativo tradicional para o modelo de clube-empresa, com ênfase na criação e regulação das Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs) pela Lei nº 14.193/2021. II – Desenvolvimento de competências na redação de atos societários: Capacitar os alunos para a elaboração de instrumentos de constituição e regulação de rotinas societárias de SAFs, incluindo estatutos sociais, atos de reorganização societária e acordos de acionistas. III – Investigação das formas de financiamento das SAFs: Examinar diferentes mecanismos de financiamento disponíveis para as SAFs, como contratos de subscrição, mútuo conversível e emissão de debêntures, e desenvolver habilidades para redigir os respectivos instrumentos contratuais.</p> <p>IV – Observação de casos práticos: aplicar os conceitos jurídicos aprendidos para compreensão de casos concretos de constituição de SAFs, para ilustrar a prática jurídica no contexto esportivo. V – Desenvolvimento habilidades de pesquisa e interpretação jurídica: Capacitar os alunos a extrair de fontes fidedignas e lícitas documentos reais envolvendo SAFs, de modo a obter subsídios práticos para interpretar a legislação e utilizar fontes jurídicas para resolver questões relacionadas ao direito desportivo e societário. VI - Fomentar o trabalho em grupo e a abordagem interdisciplinar: Estimular a capacidade de trabalhar em equipe com outros profissionais do direito e de áreas correlatas, promovendo uma compreensão abrangente das questões jurídicas, econômicas e administrativas envolvidas.</p>								
METODOLOGIA	<p>A metodologia adotará uma abordagem prática e interdisciplinar, combinando aulas expositivas, para apresentar conceitos teóricos, com estudos de casos reais para fomentar debates e reflexões críticas. A cada aula, serão analisados casos práticos de constituição e financiamento de SAFs.</p> <p>Simulações e oficinas práticas de redação jurídica permitirão aos alunos desenvolverem habilidades na elaboração de documentos relacionados às operações. Os trabalhos serão realizados em duplas e estimularão a colaboração na resolução de problemas jurídicos, enquanto a pesquisa comparativa trará uma perspectiva global sobre o direito dos negócios do esporte. O desempenho será avaliado de forma contínua, com feedback ao longo da ATCE, culminando na elaboração de um instrumento jurídico completo, como avaliação final, para consolidar o aprendizado teórico e prático.</p>								
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
		Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
	Outras:								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
AULA	TEMA								
1	Apresentação da ATCE: histórico e panorama legislativo.								
2	Conversão de Registro de Associação em Sociedade Empresária: o caso Red Bull Bragantino								
3	Transformação societária de Sociedade Limitada em SAF: o caso Cuiabá								
4	Transformação societária de Sociedade Anônima clássica em SAF: o caso Ferroviária								

5	Cisão do Departamento de Futebol: o caso Bahia
6	Criação por iniciativa de pessoa natural ou jurídica: o caso Laguna
7	Criação de subsidiária integral: o caso Fortaleza
8	Acordo de Acionistas: o caso Vasco
9	Investimento em Multi-Club Ownership: o caso Eagle Holding
10	Mútuo conversível: o caso Botafogo
11	Alienação de Ações em SAF: o caso Cruzeiro
12	Emissão de Debêntures: o caso Atlético MG
13	Equity Crowdfunding: o caso Figueirense
14	Abertura de capital: o Parecer CVM 41
15	Licenciamento em bloco dos direitos de transmissão: o caso Liga Forte União
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	30% da nota será obtida com participação nos encontros 70% da nota será obtida no instrumento redigido pelo aluno.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	BRASIL. Comissão de Valores Mobiliários. Parecer de Orientação CVM nº 41, de 21 de agosto de 2023: as Sociedades Anônimas do Futebol (SAF) e o Mercado de Valores Mobiliários. Brasília, 2023. CASTRO, Rodrigo Monteiro de. Comentários À Lei Da Sociedade Anônima Do Futebol. São Paulo: Quartier Latin, 2021. MOTTA, Luciano. O mito do clube-empresa. Sporto, 2020.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	CAPELO, Rodrigo. O mapa do clube-empresa no futebol brasileiro. ge.globo, 2024. Disponível em: https://interativos.ge.globo.com/negocios-do-esporte/materia/o-mapa-do-clube-empresa-no-futebol-brasileiro.ghtml . Acesso em: 14 out. 2024. KOGA, William. Debêntures-fut e Sociedade Anônima do Futebol de propósito específico. JOTA, 7 set. 2021. Disponível em: https://www.jota.info/artigos/debentures-fut-e-sociedade-anonima-do-futebol-de-proposito-especifico . Acesso em: 14 out. 2024. MANSSUR, José Francisco C. A benéfica alteração em artigo da Lei Pelé pela Lei da SAF. Consultor Jurídico, 8 dez. 2021. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2021-dez-08/manssur-benefica-alteracao-artigo-lei-pele-lei-saf/ . Acesso em: 14 out. 2024. MONFARDINI, Fernando. Compliance no Futebol. Vitória: Editora Ofício, 2020. SANTOS, Irlan Simões; FERREIRA, Jonathan; PISANI, João Ricardo. Futebol, negócio e globalização: clubes brasileiros na nova era do multi-club ownership. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, Brasil, v. 42, 2022. DOI: 10.11606/eiSSN.2236-2878.rdg.2022.203847 . Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/203847 . Acesso em: 14 out. 2024.